

A mensuração de uma crise: quais os custos durante a pandemia?

Celso Coelho

A base de qualquer teoria econômica trabalha com recursos. Como é de conhecimento de qualquer estudante que tenha cursado Introdução à Economia, assume-se logo de início que os três fatores de produção na Economia – terra, capital e trabalho – são escassos e por isso precisam ser analisados por uma via que os enxergue como finitos. Assim, com essa máxima imprescindível para as aulas posteriores, os alunos já conseguem visualizar a necessidade de construir decisões embasadas em *trade-offs*, enxergando facilmente como cada decisão situa-se diante das possíveis escolhas a serem tomadas.

Nos exemplos usados em sala de aula, as respostas para os dilemas podem ser claras e óbvias. Afinal, escolher entre comprar várias balas ou um único chocolate não resulta em dilemas morais ou éticos. Nessas situações, analisar as decisões a partir da mensuração de valores e dos proveitos obtidos é uma tarefa relativamente simples, rápida de ser realizada e sem possíveis remorsos futuros.

No entanto, caso colocados diante de impasses como o proporcionado pela COVID-19, os alunos estariam em apuros. Seria possível usar a mesma base de raciocínio para escolher entre promover ações restritivas ou evitar a perda de capacidade econômica? Dificilmente.

Todavia, em 2020, governantes de todos os âmbitos estão diante de dilemas como este. Aos tomadores de decisões, perguntas se tornaram mais frequentes. Evitar um possível colapso do sistema público de saúde ou impedir uma crise econômica? Promover políticas de distanciamento social ou incentivar a normalidade nos mercados? Priorizar recursos aos cuidados com os enfermos ou sustentar medidas de política social que aumentam as rendas das famílias em situação de vulnerabilidade social?

É nesse sentido, portanto, que esta análise procura se inserir. Tendo por objetivo trazer as mais diferentes perspectivas, buscar-se-á apoio em noções econômicas, sanitárias, filosóficas e políticas que embasem um debate acerca do tema: quais os custos envolvem uma vida durante uma pandemia?

Obviamente, a mensuração de seres humanos realizada aqui evita trazer uma banalização da vida humana. Explicita-se, desde já, que a intenção é incitar o debate. Entretanto, como posto em xeque por diversos países, em meio à uma pandemia faz-se necessário que os custos sanitários e de saúde sejam comparados com as perdas econômicas.

Assim sendo, no que parece ser a maior crise econômica mundial desde 1929, é preciso ter sabedoria para se escolher de maneira assertiva.

O perigo na diminuição de renda

Estabelecer valores que possam mensurar as perdas econômicas durante uma epidemia é um desafio para diversos economistas. Como agravante a essa tarefa, o mundo globalizado do século XXI torna as conexões entre países e mercados cada vez mais íntimas, produzindo um efeito cascata que reverbera economicamente nas distintas composições econômicas de cada país.

Nesse sentido, um vírus com origem detectada na China consegue impactar diversas economias ao se espalhar para inúmeras nações em menos de três meses. Os países, sem um tratamento efetivo e diante de uma falência de seus sistemas de saúde, optaram em sua maioria por medidas de distanciamento social, comumente fechando seus comércios e isolando as pessoas de seu convívio social.

Buscando preservar as pessoas com risco de falecer por apresentarem maior susceptibilidade em desenvolver sintomas graves da doença, o mundo foi fechado. Assim, as consequências econômicas decorrentes da inatividade comercial devido à pandemia da COVID-19 são pujantes. Elas alteram em grau, obviamente. No entanto, um consenso internacional profere que seu impacto econômico é uma certeza comum em todas as áreas, assim como o risco de sobrecarga dos sistemas de saúde. Diante disso, como expresso por Porter e Tankersley (2020), estamos frente a um dilema amplamente debatido entre economistas: como uma sociedade pode avaliar o *trade-off* entre a saúde e o bem-estar econômico?

Sob uma perspectiva de renda populacional, a diminuição da receita de cada família e o aumento da pobreza, por si, apresentam perigo na saúde pública de cada país. Como expresso pelo economista Kip Viscusi, da Universidade de Vanderbilt, “Tornar as pessoas mais pobres também têm consequências para a saúde” (PORTER; TANKERSLEY, 2020, tradução nossa)[1]. Reduzir a renda das pessoas, interrompendo a economia, portanto, afeta a saúde da população.

Por conseguinte, como sinalizado por Marc Edelman (2019), o estresse financeiro se relaciona com altos níveis de diabetes, consumo recorrente de bebidas alcoólicas e níveis de sobrepeso corporal, aumentando taxas de overdoses e suicídios. Ademais, sob um cenário de diminuição bruta de renda, ocorrendo em despejo de suas moradias, os cidadãos também ficam mais sujeitos à doenças mentais e psicológicas, acarretando em inúmeros casos de depressão.

[1] Making people poorer has health consequences as well

Números que guiam tomadas de decisão

Além dos fatores comentados acima, existem outros fatores que contribuem ao debate aqui proposto. Esses fatores, principalmente econômicos, são difíceis de serem mensurados e mostram sua face em momentos de grande dificuldade, como o vivenciado na atual pandemia.

Nesse sentido, o valor gasto com o tratamento médico dos pacientes, por exemplo, ilustra a dimensão dos custos envolvidos em meio à uma pandemia. Desse modo, ventiladores e respiradores são parcela importante dos gastos, sendo a maior parte do dispêndio. No entanto, equipamentos de proteção individual (EPI's) e testes de confirmação da doença também compõem o orçamento de guerra montado para a luta contra a pandemia causada pelo coronavírus.

Sendo o item unitário mais caro para tratamento dos pacientes, os aparelhos de respiração pulmonar estão na base das despesas. Segundo Landim (2020), no início do mês de março de 2020, os respiradores e ventiladores — aparelhos necessários para tratar doentes graves da COVID-19 — eram cotados por técnicos dos governos municipais, estaduais e federais a US\$ 17 mil. Em uma semana, no entanto, seu valor chegou a incríveis US\$ 53 mil, resultando numa alta de 211%.

Aliado ao aumento estratosférico no valor do aparelho, a alta da moeda estadunidense acrescenta custos ainda maiores no combate à COVID-19. Fato indicativo é que no dia 07 de abril de 2020, o dólar estava sendo cotado a R\$ 5,22; porém, em relação ao primeiro dia do ano (cotado a R\$ 4,02), o dólar havia subido 29,8%.

O governo brasileiro, diante da necessidade emergencial de compra de novos respiradores, apontava a carência de 15 mil respiradores para serem integrados ao seu sistema de saúde (LANDIM, 2020). Nesse sentido, caso fossem comprados em valores do dia 07 de abril, os 15.000 respiradores custariam aos cofres públicos o equivalente a 4,15 bilhões de reais. Isso equivaleria, em termos brutos, a 0,1% de todo o orçamento inicialmente previsto para 2020[2].

Por fim, paralelamente aos gastos sanitários, a importância da ação direta de entidades públicas e do terceiro setor em ações de políticas de assistência tornou-se mais evidente com a crise epidemiológica causada pela COVID-19. Como anunciado pelo chefe do Programa Mundial de Alimentos da ONU, David Beasley, é urgente que o mundo aja para evitar uma catástrofe (DOUCET, 2020). Em sua fala, Beasley alertou que o número de pessoas que sofrem com a fome poderia ir de 135 milhões para mais de 250 milhões em poucos meses. Portanto, “poderemos estar enfrentando várias crises de fome, de proporções bíblicas, em poucos meses” (DOUCET, 2020, tradução nossa)[3], disse David Beasley.

No Brasil, para atenuar os efeitos econômicos na realidade das famílias mais carentes – facilmente sujeitas a passar por uma situação prolongada de fome durante uma crise econômica conjuntural – o Governo Federal aprovou um plano de Auxílio Emergencial por meio do pagamento de R\$ 600,00 mensais durante três meses. O objetivo, segundo o Governo, é atender trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou cuja renda familiar total seja de até três salários mínimos (R\$ 3135,00). Em estimativas iniciais, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado calculava o gasto estimado em R\$ 59,8 bilhões nos três meses, atendendo a uma demanda de 30,5 milhões de trabalhadores (TOMAZELLI,2020).

[2] Segundo o Projeto de Lei do Orçamento de 2020 (PLN 22/2019), aprovado no congresso dia 17 de dezembro de 2019, o valor total do Orçamento seria de R\$ 3,8 trilhões. Todavia, caso aprovada, a Proposta de Emenda à Constituição 10/20 – chamada de PEC do “orçamento de guerra” – permitiria que o orçamento fosse separado dos gastos realizados com a COVID-19, dentre outras medidas.

[3] “*We could be facing multiple famines of biblical proportions within a short few months*”.

Posteriormente, no entanto, o número de CPFs aprovados para ter o valor fornecido pelo governo, segundo Gercina (2020), era de 50,3 milhões de trabalhadores. Em relação ao número total de beneficiários previstos inicialmente pelo IFI, houve um aumento de 64,9% em relação ao valor inicial. Analogamente, o valor total gasto pelo governo também aumentará. Desse modo, como aponta Ventura (2020), os valores atualizados saltarão para a quantia de R\$ 123,9 bilhões (alta de 146% em relação ao valor orçado inicialmente). Ressalta-se, ainda, que o número total de beneficiários, assim como o ônus total com o programa, deverá subir, uma vez que nem todos os cadastros foram analisados até o final de abril.

O valor da vida

No contexto de uma pandemia, realizar cálculos que busquem avaliar o preço de mercado de vidas humanas torna-se uma atividade conturbada, porém necessária. Relacionando diretamente valores à vidas humanas, economistas conseguem ter uma base teórica que apoia as tomadas decisão dos governantes. Essa linha de raciocínio se insere, principalmente, como argumento que defende a medida de prevenção mais eficaz conhecida até o momento: o isolamento social. Para essa difícil tarefa, existem dois métodos comumente usados para alcançar resultados e criar uma base para discussão. Ressalta-se que ambos modelos são estabelecidos com base no dólar e na realidade do mercado de trabalho estadunidense.

O primeiro, chamado de VSL, trata do valor estatístico de uma vida. Do inglês *Value of Statistical Life*, ele foi criado analisando o comportamento dos trabalhadores frente às probabilidades que assumem ao aceitar um emprego que possui determinado risco de morte. Para ilustrar, como demonstra Conover (2020), se 5.000 trabalhadores recebem US \$ 2.000 a mais por ano para trabalhar em um trabalho arriscado que resultará, necessariamente, na morte de um trabalhador a mais – comparado a uma alternativa de trabalho que não possui esse risco – então infere-se que o VSL para esses trabalhadores é de US\$ 10 milhões. Outra explicação igualmente assertiva é dada por Greenstone e Nigam (2020) ao supor que se o americano médio está disposto a pagar US\$ 10.000 para evitar uma chance de 0,1% de morte, o VSL resultante é igual a $US \$ 10.000/0,001$. Isto é, para tentar, com 100% de probabilidade, salvar uma vida, o custo total será de US\$ 10 milhões por vida estatística salva. Desse modo, uma política que busca salvar apenas uma vida custa US\$ 10 milhões em benefícios sociais.

Apesar das estimativas referentes ao valor de VSL possuírem variações, agências do governo americano tipicamente adotam esse valor em torno de de US\$ 9 milhões por vida salva. Todavia, mesmo com a demonstração de sua utilidade, existem críticas fortes a esse método ao se apontar que ele não distingue valor entre a vida de um idoso ou de um jovem. Nesse método, em teoria, salvar a vida de uma criança de três anos equivale a salvar um idoso que possui doenças crônicas, com poucos anos de vida restante em comparação à criança (VERBRUGGEN, 2020). Apesar dessa deficiência, entretanto, existe uma variação do VSL que divide o valor estatístico padrão pela expectativa média de anos restantes de vida do grupo de estudo analisado. Essa versão, chamada de Value of a Statistical Life Year (VSLY) pode, então, ser usada para derivar um VSL que varia sistematicamente por idade, atribuindo um valor muito maior às crianças do que aos idosos, por exemplo (CONOVER, 2020).

O segundo método para calcular a vida de uma pessoa, por outro lado, tenta sanar a deficiência apresentada pelo VSL, incluindo em sua análise a qualidade de cada vida em particular. Nesse sentido, o *Quality-Adjusted Life Year* (QALY) é o valor de um ano vivido em boa saúde. Como esse dado busca analisar o valor do ano de vida de uma pessoa, com base em sua qualidade, um efeito decorrente é que, se o agente estudado estiver com problemas de saúde, seu valor de QALY é então reduzido para baixo.

Portanto, com base em suposições plausíveis sobre os valores e atitudes das pessoas em relação ao risco para sua vida, economistas estabelecem um limite de duas a três vezes a renda anual per capita para calcular o QALY, o que implicaria em um limite americano de US\$ 110.000 a US\$ 160.000 por pessoa (VERBRUGGEN, 2020).

Aplicados à COVID-19, esses conhecimentos possuem grande importância. Nesse ponto, um dos principais estudos produzidos nesta área foi feito por dois professores da Universidade de Chicago, Michael Greenstone e Vishan Nigam.

Utilizando como referência os modelos calculados pelo Imperial College, eles consideraram como premissa os cenários que avaliavam o número de vidas salvas por uma política severa de distanciamento social, podendo durar até 4 meses. Assim, utilizando como forma de cálculo uma versão de VSL que considera os anos de vida das pessoas, dividindo-as em agrupamentos por idade, eles chegaram a resultados expressivos.

Abaixo, é possível visualizar os valores obtidos pelos cientistas da Universidade de Chicago em seu trabalho.

Tabela 1: Vidas salvas com o distanciamento social e benefícios em trilhões de dólares

Faixa etária	Valor estatístico da vida	Vidas salvas com o distanciamento social	Benefícios em trilhões de dólares
0 a 9 anos	US\$ 14,7 milhões	442	0,01
10 a 19 anos	US\$ 15,3 milhões	1.381	0,02
20 a 29 anos	US\$ 16,1 milhões	6.892	0,11
30 a 39 anos	US\$ 15,8 milhões	17.455	0,28
40 a 49 anos	US\$ 13,8 milhões	31.080	0,43
50 a 59 anos	US\$ 10,3 milhões	133.234	1,38
60 a 69 anos	US\$ 6,7 milhões	413.949	2,76
70 a 79 anos	US\$ 3,7 milhões	561.694	2,06
80 ou mais	US\$ 1,5 milhões	595.824	0,89
Total		1,761,951	7,94

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de GREENSTONE, NIGAM (2020)

Em suas conclusões, Greenstone e Nigam (2020) apontam que caso um sistema de distanciamento social seja implementado por todo o país, a projeção de vidas salvas nos Estados Unidos alcança a quantia de 1,76 milhões de habitantes. Ademais, o estudo concluiu que, ao salvar essas vidas, os americanos estariam salvando a perda de aproximadamente US\$ 8 trilhões.

Contextualizando esse valor descoberto, eles apontam que US\$ 8 trilhões representa mais de um terço do PIB dos EUA, sendo maior que todo o orçamento federal anual. Desse modo, até em momentos normais da economia, é difícil pensar em qualquer intervenção com tamanhos benéficos aos cidadãos tal como o isolamento social visando à proteção de vidas humanas em tempos de pandemia.

Em resumo, como aponta Menezes (2020), esse estudo racionaliza economicamente a importância do isolamento social para a economia, apoiando-o. Sua maior descoberta é, portanto, afirmar com que o custo econômico da recessão provavelmente será menor do que o custo econômico decorrente das vidas ceifadas na pandemia.

Considerações finais

Cabe, aqui, uma reflexão final com base nos dados utilizados anteriormente. Acerca da profundidade da crise econômica e financeira, torna-se nítido o sentimento de afogamento do mundo. No âmbito nacional, o Brasil demonstra seu malabarismo para lidar com uma população que até então estava, em parte, invisível para a máquina pública. Ademais, abraçado pela urgência de uma política social robusta, despense valores próximos a 150 bilhões de reais apenas com a tentativa de manutenção de renda de sua população. Logo, onera, a partir dessa única via, os cofres públicos com aproximadamente 4% de todo o orçamento previsto para 2020 inicialmente. Ignora-se nesta soma, ainda, valores gastos com o aumento dos pedidos de seguro desemprego, auxílios prestados a pequenas e médias empresas e a ajuda financeira fornecida a Estados e municípios.

No âmbito internacional, por outro lado, países como os Estados Unidos também demonstram sua preocupação com todos os problemas econômicos e sociais enfrentados. Aqui, nota-se mais do que nunca que a crise é mundial. Governos historicamente liberais, como o próprio país governado por Donald Trump, há muito surfavam numa onda neoliberal. Abalada pela Crise de 2008 e, arrisca-se dizer, liquidada totalmente com a pandemia do coronavírus, essa onda deságua numa nova forma dos governos encararem suas economias.

Ao ingressar em 2021, primeiro ano de toda uma nova década, o passado recente terá cicatrizes fortes que irão reverberar por uma década inteira nas principais economias do mundo. Os EUA, por exemplo, ao fornecer um auxílio de US\$ 1200 dólares a seus residentes e, dessa maneira, injetar US\$ 2,2 trilhões na sua economia doméstica para tentar salvá-la (DIAS, 2020), terão que repensar o paradigma neoliberal que defendia e que vigorava até tempos recentes.

Por isso, inevitavelmente, alguns atores do sistema internacional terão precauções mais severas, não existentes anteriormente. Políticas desenvolvimentistas e protecionistas possivelmente retornarão com grande força. Pautas nacionalistas e xenofóbicas ganharão ainda mais força com a redução de empregos no mercado de trabalho.

Ademais, como Ord (2020) aconselha, o mundo precisa entender que a COVID-19 não será a doença dizimadora responsável pelo extermínio completo da raça humana. Na verdade, ela está longe disso. Mesmo longe de uma aniquilação total, contudo, ele relembra que o ciclo de grandes epidemias está se achatando e ficando mais curto a cada grande surto que a humanidade enfrenta. Assim sendo, o futuro remete perigos de novas epidemias tangíveis, tão graves quanto ou até piores que a causada pelo coronavírus em 2020. Encarar elas com a perspectiva mais pessimista de cenários possíveis é a ação coerente a ser feita. Vulgarizar e ridicularizar epidemias, como líderes de 2020 fizeram, é um papel que tomadores de decisão e governantes não poderão ter no futuro.

Referências

CONOVER, Chris. **How Economists Calculate The Costs And Benefits Of COVID-19 Lockdowns**. Forbes, Nova Jersey, 27 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/theapothecary/2020/03/27/how-economists-calculate-the-costs-and-benefits-of-COVID-19-lockdowns/#327bb7ba6f63>>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

DIAS, Marina. **Brasileiros recebem ajuda de US\$ 1.200 do governo Trump contra perda de renda no coronavírus**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/brasileiros-recebem-ajuda-de-us-1200-do-governo-trump-contra-perda-de-renda-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

DOUCET, Lyse. **Coronavirus: World risks 'biblical' famines due to pandemic** - UN. BBC, Londres, 21 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-52373888>>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

EDELMAN, Marc. (2019). **Hollowed out Heartland, USA: How capital sacrificed communities and paved the way for authoritarian populism**. *Journal of Rural Studies*. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.045>

GERCINA, Cristiane. **Metade dos inscritos tem direito de receber auxílio emergencial de R\$ 600 da Caixa**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/04/metade-dos-inscritos-tem-direito-de-receber-auxilio-emergencial-de-r-600-da-caixa.shtml>>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

GREENSTONE, Michael; NIGAM, Vishan. **Does Social Distancing Matter?**. Becker Friedman Institute for Economics Working Paper. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3561244>

LANDIM, Raquel. **Preço de respiradores sobe mais de 200% na China em uma semana**. CNN Brasil, São Paulo, 07 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/04/07/preco-de-respiradores-sobe-mais-de-200-na-china-em-uma-semana>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

MENEZES, Pedro. **Entre o cinismo e o sentimentalismo: quanto vale uma vida?**. InfoMoney, São Paulo, 05 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/entre-o-cinismo-e-o-sentimentalismo-quanto-vale-uma-vida>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

ORD, Toby. **Why we need worst-case thinking to prevent pandemics**. The Guardian, Nova Iorque, 06 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2020/mar/06/worst-case-thinking-prevent-pandemics-coronavirus-existential-risk>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

PORTER, Eduardo; TANKERSLEY, Jim. **Shutdown Spotlights Economic Cost of Saving Lives**. The New York Times, Nova Iorque, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/24/business/economy/coronavirus-economy.html>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

TOMAZELLI, Idiana. **Senado aprova auxílio emergencial de R\$ 600 a informais, intermitentes e MEIs**. O Estado de S.Paulo, 30 de mar. de 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,senado-aprova-auxilio-de-r-600-a-informais-intermitentes-e-meis,70003253962>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

VENTURA, Manoel. Governo libera mais R\$ 25,7 bi para auxílio emergencial. **O GLOBO**, 24 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/governo-libera-mais-257-bi-para-auxilio-emergencial-1-24392421>>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

VERBRUGGEN, Robert. How Much Is a Life Worth? **National Review**, Nova Iorque, 20 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www.nationalreview.com/magazine/2020/04/20/how-much-is-a-life-worth%E2%80%88/>>. Acesso em: 27 de abr. de 2020.